

Fundamentação Jurídica de Interesse Público

Projeto DELTA — Cifra de Integridade Primal (CIP)

A **Cifra de Integridade Primal (CIP)** representa uma inovação tecnológica que atende diretamente a princípios e finalidades da **administração pública brasileira**, conforme estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 37 e 5º, e em marcos legais como:

- **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**
> Garante o direito à informação e impõe ao Estado o dever de assegurar a **autenticidade, integridade e disponibilidade** de documentos públicos.
- **Lei nº 14.063/2020 (Assinaturas Eletrônicas na Administração Pública)**
> Regula o uso de assinaturas eletrônicas e incentiva a **adoção de tecnologias seguras, auditáveis e de interesse público**, compatíveis com os princípios da eficiência e economicidade.
- **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)**
> Estabelece o dever do poder público de **promover a segurança dos dados e da informação digital**, com transparência e controle social.

A CIP, por **não depender de segredos, chaves privadas ou infraestrutura centralizada**, oferece ao Estado:

- **Autonomia tecnológica nacional:** por ser baseada em estrutura matemática pública e executável em ambiente aberto;
- **Auditabilidade plena:** qualquer órgão ou cidadão pode verificar a integridade de um arquivo sem intermediários;
- **Resistência estrutural à manipulação:** até mesmo alterações microscópicas (como 1 bit) são detectadas sem margem de dúvida;
- **Blindagem contra riscos futuros:** como os trazidos pela computação quântica, que ameaça os modelos criptográficos atuais.

Nesse sentido, a adoção da CIP se alinha ao **interesse público primário**, pois:

- Promove a **transparência e segurança** da informação pública;
- Reduz custos com infraestruturas criptográficas complexas;
- Amplia a **confiabilidade institucional**, especialmente em processos sensíveis (licitações, julgamentos, auditorias, eleições, laudos, contratos, etc.);
- Garante **independência tecnológica e soberania digital** com base em princípios matemáticos verificáveis.

A integridade da informação pública não pode depender de segredos
—
mas de estruturas acessíveis, auditáveis e matematicamente sólidas.